



POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JOVENS: ESPORTE E LAZER NAS UNIVERSIDADES

Marcos Rogério da Silva de Almeida (UFPR)

RESUMO

A implementação e o desenvolvimento de políticas públicas de esporte e lazer para jovens, aqui especificamente os acadêmicos, passa pelo reconhecimento de que são necessários estudos aprofundados acerca das demandas. É preciso uma constante busca da participação ativa da população a ser atendida desde a formulação até a avaliação dos resultados e a busca por ajustes, para que haja um atendimento satisfatório, e que a qualidade do atendimento esteja de acordo com os objetivos estipulados quando da concepção das políticas desenvolvidas. Nas universidades é preciso o entendimento da necessidade de atuação em parceria com os municípios e demais instituições que possam auxiliar, principalmente em relação aos espaços e equipamentos urbanos de esporte e lazer.

Palavras-chave: políticas; demandas; universidades.

INTRODUÇÃO

Os estudos em relação às definições de políticas públicas têm sido cada vez mais frequentes. Essa busca pela produção do conhecimento científico deve-se ao fato de que muitos desses gestores necessitam de maior embasamento para o desenvolvimento das políticas possibilitando uma melhor relação entre os objetivos e os resultados dos programas desenvolvidos. Muitos desses estudos têm o foco em subsidiar os gestores públicos em relação às possibilidades em suas áreas de atuação e, portanto, são desenvolvidos de forma localizada e com foco muito específico.

METODOLOGIA

Este trabalho busca levantar em documentos oficiais e demais produções, subsídios teórico-científicos que possam auxiliar nas definições de políticas públicas de esporte e lazer voltadas aos jovens universitários, dentro de um contexto amplo, buscando compreender não apenas o momento de sua permanência nas instalações da universidade, entendendo o acadêmico como um ser completo e que, portanto, frequenta outros espaços que demandam intervenções e têm suas políticas definidas por setores diversos.

O Tempo Livre e as Políticas Públicas

Durante a evolução¹ histórica da sociedade, principalmente em relação à segunda metade do século XX e início do século XXI, os processos produtivos foram adaptados de forma que

¹ Considerando evolução como o processo histórico envolvendo os avanços tecnológicos e científicos que permitem ao homem uma melhor compreensão de suas potencialidades e sua relação com a natureza e com os demais de sua espécie, além da possibilidade de ser mais crítico em relação aos fenômenos que permeiam a sua existência. A

permitted a greater production, of goods and services, demanding less effort and in a shorter period of time.

Fromm (1964) affirms that already in those times the average workdays had been reduced by half of what was perceived twenty years before and people had more free time, however, people did not know how to use that time they had gained, looking for some way that time would pass and happiness was perceived when the day ended.

The excess of available time demanded also the cultural adaptation to other activities that were not part of the daily routine of people, besides the incessant search for the creation and development of activities that could in some way fill this "lacuna" and at the same time provide the sensation of pleasure and well-being, that people could feel happy and fulfilled.

As leisure options were strengthened and individuals began to appropriate more of these practices as a form of occupation of these available periods. Fromm (1964) observed that, despite people having options for not passing the time in total idleness, these activities were still very centralized and options very limited. He presents then a supposition that if they stopped working, for only four weeks, theaters, radios, television, sports events, newspapers and magazines; what would people have as options? What would be the possibilities? What would be the consequences? Without doubt in a short period of time people would begin to show nervous disorders and a large part of the population would enter into a state of anxiety similar to what would be diagnosed as "neurosis".

It was perceived then the need for a state intervention in this area, that demanded effective public policies and that would allow people the "independence" of what was offered by the holders of economic capital. In more recent periods, it was possible the perception of the growing investment of the public power in the search for the creation of spaces and equipment destined to the free practice of leisure activities, as well as the availability of local and professional spaces for the orientation of these activities for those who opt for it.

An example pointed out by Rechia (2007) is the fact that in Curitiba there are at the disposal of the population more than 300 squares, 30 parks and various bosques and in these circulate on average 150 thousand people weekly, in various forms of use.

Democratization of Sports and Leisure Practices

Democratization refers to the viability of participation – with quality – for the largest number of people possible which implies, in a paradoxical way, the need for intervention

association of tacit and scientific knowledge, developed over time, through a historical-cultural process that enables the rational control of their actions and of their own time.

do Estado na construção/disponibilização de espaços e equipamentos adequados e na implantação e desenvolvimento das atividades. De acordo com Marcelino *et al* (2007b), democratizar o lazer pode significar a democratização do espaço. Embora os equipamentos exerçam uma atração nas atividades desenvolvidas, é necessário que, ao tempo disponível corresponda a um espaço disponível, não deixando de observar que o espaço para o lazer é o espaço urbano e que as cidades são os espaços e equipamentos de lazer.

Em relação ao esporte, as ações podem ser focadas na maior adesão às atividades relacionadas ao desporto de participação, que, segundo Oliveira (2010) trata-se das atividades esportivas que não exijam vínculo ou compromisso dos praticantes, ficando a critério de cada participante a inclusão (ou não) nas modalidades esportivas. Ainda segundo Oliveira (2010, p1),

A informalidade proposta pelo Desporto de Participação, não exige espaços altamente padronizados como os necessários para a realização de outra manifestação do desporto, nem a manifestação de rendimento. Uma avenida extensa e plana, por exemplo, pode ser um espaço para se fazer uma boa corrida. Com esse raciocínio pode-se argumentar que a não padronização rígida dos espaços é um facilitador dessa manifestação. No entanto, é importante pontuar que, mesmo com essa flexibilidade, os espaços devem existir.

De acordo com Bueno (2008), a expressão “esporte de participação”, utilizada pela legislação, engloba a participação em atividades caracterizadas como esportivas, com características formal ou informal, sem compromisso com competição ou com esta limitada os aspectos lúdicos. Está relacionado ao uso do tempo livre e, sendo considerado, por profissionais de diversas áreas, como importante componente para a saúde coletiva, tendo como objetivos a diversão, relaxamento, desconcentração, interação social e interação com a natureza, que pode despertar a consciência ecológica na população.

Apesar do caráter espontâneo e “despretensioso” das atividades relacionadas ao lazer ou ao esporte de participação, os gestores não podem deixar de agir de forma a garantir que os benefícios da utilização dos espaços e equipamentos cheguem à maior população possível, uma vez que, por mais que a demanda exista, nem sempre as pessoas conseguem se organizar e se apropriar dos espaços, necessitando de ação direta do setor público de forma a proporcionar atividades que, mesmo direcionadas, e que tenham limitações, possam atender às expectativas e necessidades gerais dos interessados.

Marcelino *et al* (2007b, p15), lembram que:

[...] o lazer não é um oásis a que todos têm acesso. Deixar o âmbito tão íntimo das pessoas falar por si só, sem interferência de políticas públicas, corresponderia a deixar uma grande parcela da população calada no que se refere ao lazer, ou pelo menos a não colocar em prática o seu desejo, a não ser no caso de quem tivesse como pagar por isso, no cada vez mais rentável e sofisticado mercado do entretenimento.

Compreendida a necessidade de implementação de políticas públicas de esporte e lazer, não é bastante que elas venham a ser desenvolvidas de forma unilateral, ou seja, que as intenções e ideologias dos gestores sejam consideradas suficientes para o atendimento às necessidades da população a ser atendida. São necessários estudos sistemáticos, afim de que as políticas propostas possam vislumbrar um atendimento a longo prazo, o que só pode acontecer se houver uma relação de grande relevância, tanto para a administração quanto para os beneficiários.

Marcelino *et al* (2007a, p23), reforçam que:

Quando se pergunta às pessoas qual a importância do lazer nas suas vidas, a resposta fica entre sétimo a décimo lugar numa escala de prioridade. Isso se deve à pouca “ressonância social do lazer”, ainda não visto como um direito social, e também à hierarquia de necessidades. Mas, quando se convive diretamente com as pessoas pode-se ver claramente a importância do lazer como busca de significado para as suas vidas. [...] A mudança na percepção da importância do lazer na vida das pessoas, poderia trazer mudanças, nesse aspecto, sem dúvidas. Seria uma mudança de valores. Mas, ela não acontece de *per sí*. É preciso que se tenha condições objetivas.

O profundo entendimento das necessidades dos usuários permitirão que os resultados se aproximem dos esperados quando da fase de projeto. Marcelino *et al* (2007a, p26) lembram ainda que “no processo de planejamento de um equipamento específico de lazer, antes de sua construção, é preciso conhecer quais são as aspirações e necessidades da comunidade em questão”.

As Universidades e as Políticas de Esporte e Lazer

Considerando o princípio de que particularidades das demandas devem e podem ser atendidas, reduzir o foco para a população universitária, objeto principal desse estudo, faz-se necessário para que haja o entendimento das reais necessidades dessa população e o que, de fato, pode ser desenvolvido nesses ambientes.

O desenvolvimento de programas voltados ao esporte e lazer para essa comunidade deve levar em consideração, além das necessidades da demanda, as prerrogativas e limitações da instituição proponente. Poderão ser desenvolvidos a partir das universidades, federações, associações e, inclusive, a partir dos próprios beneficiários que poderão propor e indicar seus anseios e interesses.

Alguns programas já se mostram consolidados, independente de análise de eficácia dos mesmos, e que podem servir de parâmetro para o entendimento das vertentes que mais se aproximam das demandas no meio universitário. Destacam-se entre elas: equipes esportivas de competição; programas institucionais de incentivo à prática de esportes e atividades de lazer; as AAA's (Associações Atléticas Acadêmicas); programas governamentais como o Segundo Tempo Universitário.

As atividades voltadas às equipes representativas com foco em competições talvez seja a que maior demanda por recursos financeiros. Conta com uma estrutura externa às instituições de ensino, como Federações e Confederação. Tem o foco na representação formal da instituição em competições exclusivamente universitária – das quais participam apenas atletas devidamente matriculados nos cursos de graduação ou pós graduação – ou também em competições abertas.

Dentre os programas de incentivo à prática esportiva, podem ser destacados: a organização de eventos como torneios e festivais, disponibilização de espaços e equipamentos para utilização da comunidade acadêmica, o apoio logístico e financeiro aos acadêmicos – normalmente através das AAA's –, além das parcerias com os municípios ou entidades com foco na ampliação das possibilidades, visto que os espaços e equipamentos das IES são insuficientes para o atendimento das necessidades e anseios desse público.

O Segundo Tempo Universitário, ação do Governo Federal, é um projeto especial dentro do programa Segundo Tempo, que é desenvolvido pela Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social do Ministério do Esporte e tem o foco na democratização do acesso à prática esportiva da comunidade universitária, nos padrões do Esporte Educacional. Segue os princípios e objetivos do Programa Segundo Tempo Padrão que tem como estratégia a implantação de núcleos através de parcerias institucionais com entidades institucionais que possuem condições de executá-lo. Tem como premissas: a reversão do quadro de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social; o esporte e o lazer com direito de cada um e dever do Estado; universalização e inclusão social e a democratização da gestão e participação. Tem como público alvo a comunidade acadêmica, com prioridade aos discentes (BRASIL, 2013).

CONCLUSÕES

Muitas são as possibilidades de intervenção nas práticas de atividades esportivas e de lazer dos jovens universitários, entretanto, fica clara a necessidade de ser observada a necessidade não só da existência de políticas, mas que essas sejam pensadas e implementadas a partir de estudos locais e globais, que permitam o atendimento e a participação, com qualidade, de um maior número de indivíduos, além de estratégias sistemáticas de avaliação e identificação de conflitos no processo, o que permitirá a manutenção das políticas por um maior período e com a satisfação dos objetivos propostos quando da concepção dos programas ora desenvolvidos.

É preciso o entendimento dos gestores de que só é possível compreender e atender a essas necessidades se o relacionamento entre as partes (oferta e demanda) for direcionado para além do formal, demonstrando aos beneficiários que os programas são desenvolvidos com o interesse em atendê-los e com qualidade.

A implementação das políticas públicas de esporte e lazer, demandam do conhecimento amplo da população a ser atendida, bem como da capacidade da IES (técnica, espaços e equipamentos, possibilidades de parceria com os municípios e outros órgãos), além de que faz-se extremamente necessário que na concepção das políticas estejam claros os objetivos que devem

ser alcançados e a população que se pretende atender, considerando suas necessidades, prevendo os mecanismos sistemáticos de avaliação, sem os quais a sobrevivência da política estará comprometida já antes de seu desenvolvimento. É necessária uma constante reavaliação dos processos internos, buscando a aprendizagem contínua, para que as tomadas de decisão em relação às estratégias e objetivos estipulados atinjam os resultados pretendidos.

PUBLIC POLICIES FOR YOUTH: SPORT AND LEISURE IN UNIVERSITIES

ABSTRACT

The implementation and the development of public policies for sport and recreation for youth, specifically academics here, includes the recognition that are needed depth studies about the demands. It's need a constant pursuit of active participation of the population to be served from the formulation to the evaluation of results and the search for adjustments, so there is a satisfactory service, and the quality of care is in according to the goals set out when the design of policies. In universities it's need understanding of the need for action in partnership with municipalities and other institutions that can help, especially with regard to urban spaces and equipment for sports and leisure.

Keywords: policies; demands; universities.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Esporte. **Diretrizes 2013: Programa Segundo Tempo Universitário**. Brasília, 2013.

BUENO, L. **Políticas públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento**. 2008. Tese (Doutoramento em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, Brasil, 2008.

FROMM, E. **Psicoanálisis de la sociedad contemporânea: hacia una sociedad sana**. México – Buenos Aires: FCE, 1964.

MARCELINO, N. C.; BARBOSA, F. S.; MARIANO, S. H.; SILVA, A.; FERNANDES, E. A. O. **Espaços e equipamentos de lazer em região metropolitana: o caso da RMC – Região Metropolitana de Campinas**. Curitiba: Opus, 2007.

MARCELINO, N. C.; SAMPAIO, T. M. V.; BARBOSA, F. S.; MARIANO, S. H. **Lazer, cultura e patrimônio ambiental urbano – políticas públicas: os casos de Campinas e Piracicaba-SP**. Curitiba: Opus, 2007.

OLIVEIRA, J. R. L. Políticas públicas no desporto de participação: um possível distanciamento. **Revista eletrônica de Educação Física Uniandrade**. 2010.

RECHIA, S.. **Curitiba cidade-jardim: a relação entre espaços públicos e natureza no âmbito das experiências do lazer e do esporte**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v. 28, n.3, p. 89-107, 2007.